

A Administração Política em Busca de Si Mesma: Apresentando as Bases Onto-Epistemológicas da Administração como Campo de Conhecimento

Autoria

Reginaldo Souza Santos - rsouza@ufba.br

Núcleo de Pós-Grad em Admin – NPGA / UFBA - Universidade Federal da Bahia

Campos de Arapiraca / UFAL- Universidade Federal de Alagoas

ELIZABETH MATOS RIBEIRO - ematosribeiro@gmail.com

Núcleo de Pós-Grad em Admin – NPGA / UFBA - Universidade Federal da Bahia

Núcleo de Pós-Grad em Admin – NPGA / UFBA - Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este ensaio tem por objetivo contribuir para o debate onto-epistemológico da Administração Política como campo do conhecimento, através da revisão crítica do pensamento social moderno e contemporâneo sobre as relações sociais de produção, circulação e distribuição. Além do enquadramento filosófico, existe nesse estudo uma motivação secundária de responder às interpretações preconcebidas que sustentam que o campo da Administração não tem muito a contribuir para a interpretação dos processos sociais, isto é, avançar a função precípua de gerenciar seus aspectos técnicos. Para apresentar uma contraposição dessa visão estigmatizada sobre o campo são apontados elementos que, além de negar essa falsa convicção, sustentam que a Administração não é apenas o que tem sido ensinado nos programas de formação superior, mas carece explorar a dimensão política que a qualifica como campo do conhecimento responsável pela concepção, organização e condução dos processos administrativos com vistas a garantir o alcance da finalidade dos projetos sociais. Como resultado desse esforço preliminar, pretende-se caracterizar que a natureza onto-epistemológica da Administração se encontra nas dimensões do ‘espaço-tempo’ e se materializa através de uma dada intencionalidade existencial (individual e social) que inspira a concepção (gestão) e movimentos gerenciais necessário(s) para o alcance do bem-estar social.

A Administração Política em Busca de Si Mesma: Apresentando as Bases Onto-Epistemológicas da Administração como Campo de Conhecimento

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo contribuir para o debate onto-epistemológico da Administração Política como campo do conhecimento, através da revisão crítica do pensamento social moderno e contemporâneo sobre as relações sociais de produção, circulação e distribuição. Além do enquadramento filosófico, existe nesse estudo uma motivação secundária de responder às interpretações preconcebidas que sustentam que o campo da Administração não tem muito a contribuir para a interpretação dos processos sociais, isto é, avançar a função precípua de gerenciar seus aspectos técnicos. Para apresentar uma contraposição dessa visão estigmatizada sobre o campo são apontados elementos que, além de negar essa falsa convicção, sustentam que a Administração não é apenas o que tem sido ensinado nos programas de formação superior, mas carece explorar a dimensão política que a qualifica como campo do conhecimento responsável pela *concepção*, *organização* e *condução* dos processos administrativos com vistas a garantir o alcance da *finalidade* dos projetos sociais. Como resultado desse esforço preliminar, pretende-se caracterizar que a natureza onto-epistemológica da Administração se encontra nas dimensões do ‘espaço-tempo’ e se materializa através de uma dada *intencionalidade* existencial (individual e social) que inspira a *concepção* (gestão) e *movimentos* gerenciais necessário(s) para o alcance do bem-estar social.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social; Administração; Administração Política; Onto-Epistemologia da Administração Política

1. Considerações Preliminares

É do ofício do intelectual do campo da filosofia e do pensamento de qualquer época sentenciar que o mundo está em desordem e em franco processo de degeneração social, isto é, que está havendo regressão do processo civilizatório ou no desenvolvimento cultural, reforçando que a linguagem se descola da realidade e sentenciar que a chegada da pós-modernidade sem que a modernidade tenha sido experimentada por todos ou esteja concluída. Esse tem sido o combustível que energiza a comunidade científica e lhe dá vida própria sendo aplaudida pelos “cultos” e com “espavorisse” pelos ignorantes sobre o que ouvem. De todo modo, por deleite ou pavor, há sempre uma assistência que legitima esse tipo de interpretação. Considerando esses aspectos gerais, cabe ressaltar que se o trabalho intelectual tem como finalidade interpretar o mundo, é provável que o tempo histórico ainda não seja suficiente para fazer o melhor. Mas se a finalidade é transformá-lo, então é seguro afirmar que se encontra bastante atrasado e em direção errada, conforme já chamavam a atenção sobre esse equívoco Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX.

Com base nessas considerações preliminares cabe apontar a pergunta central que orientou esse ensaio que questiona *se as transformações sociais não ocorrerem na perspectiva projetada pelos intelectuais, qual é, então, a utilidade do seu trabalho acadêmico?* Visando responder a essa inquietação, faz-se necessário problematizar um pouco mais o tema questionando sobre o fato de um estudo científico no campo do pensamento social serem fonte de inspiração das decisões dos administradores políticos que comandam as ações da sociedade, do Estado e do capital – enfim dos atores que dirigem as relações sociais de produção contemplado outra pergunta: *Quais desses conhecimentos tiveram influência visível nos*

destinos da humanidade?; isto é, será que os conhecimentos que emana das ciências sociais são apenas resultado de um trabalho que vem a reboque dos acontecimentos e ganham os méritos da paternidade aqueles que saem à frente, interpretando com categorias próprias as mudanças em curso seja esse esforço intelectual apropriado ou não?

Tentando ampliar o escopo dessas questões centrais, pode-se considerar que, diferentemente do que tem sido difundido sobre a existência de uma prefiguração para a superação da crise do capitalismo, entre os anos de 1920 e 1930, com base no pensamento de Keynes, observa-se que as decisões para solucionar o colapso socioeconômico foram lideradas por homens públicos que comandaram o esforço empírico para alterar o curso do movimento da gestão da economia. Essa constatação permite inquirir, então: *como foi possível que as mudanças produzidas naquele contexto adverso para os negócios reflitam mais o instinto de sobrevivência dos líderes que comandavam o Estado e o capital do que o esforço intelectual? Afinal, será que o que conhecemos das ideias que forjaram mudanças nas estruturas e formas de condução das ações administrativas das relações capitalistas naquele contexto? Trazendo esse questionamento para analisar o contexto atual, é possível reconhecer um núcleo intelectual que se assume como donatário das ideias que estão guiando as ações administrativas que tem orientado as economias a funcionarem de modo a produzir mais miséria do que bem-estar social?*

São muitas indagações sem respostas adequadas que colocam em xeque, portanto, a relevância do interesse geral do trabalho intelectual produzido pelas ciências sociais, em particular pela Administração. Sem sair do contexto histórico do capitalismo, contabiliza-se mais cinco séculos de proposições voltadas, de um lado, para acumular conhecimentos, melhorar as condições da vida individual e coletiva e ampliar as oportunidades de produção material; e, de outro lado, melhorar a organização das relações sociais de produção e circulação e garantir condições adequadas para melhorar a distribuição e, assim, ampliar a vida material e espiritual dos homens. É certo que as ciências do universo e da natureza e suas respectivas engenharias têm feito progressos extraordinários a ponto de já terem um estoque de conhecimento que supere as necessidades de sobrevivência da espécie humana. Contudo, o mesmo não pode ser dito em relação às ciências sociais que não foram capazes de encontrar formas de organizar (administrar) essa extraordinária capacidade de produzir para proporcionar maior bem-estar a humanidade e garantir que os homens possam descansar da longa e incessante luta pela sobrevivência e se proteger dos horrores sofridos pelo modo perverso da gestão da economia global e nacionais.

Sem dúvida, essas contradições continuam sendo intrigantes e aparentemente insolúveis! O maior problema identificado referente ao pensamento social é que quando não fica caudatário dos movimentos da sociedade, mediante os incansáveis diagnósticos (re)produzidos como medidas meramente técnicas, procura interpretá-los, teoricamente, criando leis que não são imanentes a esse campo de conhecimento ou de leis da natureza que não lhes são aplicáveis. Essa impossibilidade se confirma devido ao fato de que as regras ou leis que regem os movimentos da sociedade não são originárias da natureza e nem são imutáveis, mas são concebidas e vigoram em acordo com os interesses das classes dominantesⁱ. O mesmo ocorre com a divisão do trabalho que, em decorrência do avanço das forças produtivas, encontra-se modificada em relação as evidências encontradas por Adam Smith no limiar do capitalismo, ao destacar a produção de alfinetes.

Após essas considerações iniciais cabe trazer outro questionamento relevante para os objetivos desse ensaio: *onde está a lacuna do pensamento social?* Se os procedimentos organizativos e gerenciais estão bem desenvolvidos, podem garantir êxitos relativos para os micros processos sociais, através dos avanços de sofisticados programas de *software* que possibilitam integrar diferentes ações – desde as de natureza mais pessoal àquelas próprias das

instituições estatais até chegar às formas mais integradas e mais amplas. Ao considerar os aspectos gerenciais/micro organizacionais, contata-se que os interesses individuais, grupais e setoriais têm sido preservados e conduzidos, mas os bens coletivos têm sido desconsiderados e descontinuados, recorrentemente. Ao desconsiderar os interesses coletivos (macrossociais) e reforçar que parcela dos interesses particulares convirjam para o interesse mais elevado da sociedade – o bem-estar geral – as sociedades capitalistas acabam por colocar em risco não apenas a continuidade da humanidade, mas a própria sustentabilidade do sistema socioeconômico.

Historicamente, a instituição capaz de desenvolver, com algum êxito, esse esforço é o Estadoⁱⁱ, cuja atuação apenas atenua os impactos negativos das ações individuais, embora não tenha conseguido superar os conflitos distributivos estruturais (com o alastramento do desemprego, da pobreza e da miséria), em razão de estar mais alinhado com os interesses de quem lhes financia (o capital, fonte de poder) do que das demandas dos indivíduos/trabalhadores (base de sua legitimaçãoⁱⁱⁱ). Independente desse viés, observa-se que, quase sempre, a discussão intelectual a esse respeito é equivocada, porquanto sempre toma a atuação do Estado, a partir de pressupostos errados ao considerar que este ente é externo às relações econômicas e que seu orçamento está voltado para o consumo, sorvedouro de parcela considerável da riqueza socialmente produzida – daí a sua nocividade à dinâmica e expansão do sistema socioeconômico.

Caso a concepção do projeto de sociedade estivesse orientada para a finalidade das relações sociais, estribada na ‘filosofia da existência’ e nos pressupostos da Administração Política, decerto que poder-se-ia ter um controle mais bem coordenado das instabilidades do movimento da economia, produzindo, assim, resultados mais consentâneos com os interesses gerais e particulares, grupais e setoriais. Portanto, esse ensaio defende o pressuposto de que é o conteúdo da Administração, particularmente da Administração Política, que está faltando ao pensamento social, cuja lacuna precisa ser preenchida urgentemente.

Embora o seu “desconhecimento” tenha custado caro aos dirigentes bem intencionados e tenha evitado transformar os mais estúpidos em heróis, o retardo do aparecimento de um pensamento administrativo preocupado com a *intencionalidade* (concepção), com o *movimento* (execução) e com a *finalidade* (devir), ocorre por duas razões: primeiro pelo escárnio praticado pela vanguarda do pensamento social, sobretudo pelos primeiros economistas políticos – embora todos eles, sem exceção, dissessem que seus pressupostos só se sustentariam se “fossem bem administrados”; segundo pela insuficiente formação intelectual dos administradores acadêmicos e profissionais, embriagados pelos resultados alcançados com o controle a produtividade do trabalho, a partir de melhoras constantes no gerenciamento dos processos fabris e dos escritórios – ficaram presos à engenharia da Administração Científica, deixando de lado sua filosofia que é muito rica e precisa ser melhor compreendida, esforço que tem sido empreendido pelos estudos da Administração Política.

Pelos motivos declarados até aqui, admite-se como objetivo central desse estudo apontar a necessidade intelectual e o dever social dos teóricos da Administração Política ampliarem o esforço para o preenchimento dessa lacuna que, conforme já destacado anteriormente, cabe ao campo da Administração como responsável pela construção de um saber próprio e imprescindível à concepção, organização e condução dos processos sociais. Desse modo, se se considera que uma das características que marcam o pensamento social é a ‘falibilidade’, principalmente os referentes à filosofia e as ciências humanas, quando se trata das ideias de um campo visto com desdém e escárnio por outros conhecimentos, como ocorre com a Administração que tem sido associada ao desenvolvimento de métodos voltados para a exploração do homem do que para sua libertação. Algumas análises mais críticas chegam a

afirmar que a Administração é o campo ‘capataz’ que leva a cabo as estultices e perversidades produzidas por outras ciências sociais, notadamente pela Economia.

Em certa medida, essa crítica evidencia um preconceito posto que todo conhecimento aplicado sob o bastão do modo de produção capitalista é mais explorador do que libertador do homem. Então, pode-se admitir que o problema não é do tipo de conhecimento que se produz, mas da forma como se apropriam dos resultados dessa produção. Em outras palavras, implica admitir que se o processo social é um campo permanente de disputa, seja pelos resultados das relações sociais, seja pela hegemonia dos conhecimentos que se produz na tentativa de explicá-las, o esforço intelectual que se está fazendo aqui para ampliar o escopo onto-epistemológico da Administração Política pode ser relevante por duas razões: (i) porque ‘põe a Administração de pé’, única condição de enxergar o todo e adquirir a cognição necessária para construir um conhecimento fundamental para interpretar, mas, sobretudo, para conceber e orientar as transformações que são requeridas; e (ii) porque, pela sua natureza de ter como objeto a *intencionalidade, a concepção, o movimento e a finalidade*, é um tipo de conhecimento capaz de restaurar a discussão e as condições de transformações sociais e, por essas qualidades, ser capaz de resgatar a utopia necessária para o devir da humanidade. Em síntese, admitir ser a Administração um campo de conhecimento amplo o coloca no rol dos campos especulativos, portanto, da filosofia.

Com base nessas considerações preliminares, esse ensaio visa reafirmar os conceitos fundamentais formulados noutras publicações, especialmente o esforço intelectual de resgatar a origem do verbete composto de ‘*ad’ministrar*’, assim como a reafirmação da ‘*gestão*’ como objeto científico do campo e a ‘*gerência*’ como espaço responsável pela capacidade de execução técnica-operacional que resultou no desenvolvimento das bases teórico-metodológicas da Administração Política (SANTOS, RIBEIRO e SANTOS T., 2009). Assim como pretende apresentar as bases ontológicas do pensamento administrativo, ao reconhecer as circunstâncias do ‘*homem puro*’, visão de um ser ainda não construído/constituído socialmente. Ao cumpri esses objetivos será possível comprovar que em um dado espaço-tempo “*todo e qualquer movimento é dado por uma intencionalidade, logo, é concebido/organizado, é conduzido, portanto, é administrado*” (SANTOS, et. al., 2016).

Contudo, uma análise da trajetória do pensamento administrativo revela que esse campo não conseguirá realizar esse trabalho fundamental, necessário e desafiador sem contar com o aporte de outros conhecimentos auxiliares - desde a metafísica, física, biologia, matemática, história, economia, psicologia até alcançar a filologia (incluindo a linguagem, a gramática e a sintaxe), entre outros. Em síntese, ao reconhecer os fenômenos administrativos em sua totalidade incorporando outros saberes, é possível confirmar que se trata de um campo que integra a um só tempo o papel de conceber, organizar e conduzir os processos sociais, como também dá sentido a todos os movimentos que integram os processos sociais.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que os processos sociais se caracterizam por um elevado nível de desorganização – processo que tem se agravado na contemporaneidade –, para que a Administração se qualifique para interpretar e conduzir as dinâmicas sociais será fundamental colocar esse campo ‘de pé’ mediante a definição de suas bases onto-epistemológicas e teórico-analíticas próprias. Entretanto, entende-se que definir e assentar as bases científicas da ciência administrativa exige entender o processo histórico de formação e desenvolvimento do capitalismo à luz do conceito de Administração Política criado por Santos e Ribeiro (1993) e definido com maior clareza por Santos (2004) e por Santos, Ribeiro e Santos T. (2009). Essa trajetória possibilitou que, simultaneamente ao desenvolvimento das bases teórico-conceituais e analíticas, fossem sendo erigidas as epistemes do campo que foi ganhando densidade à medida que o esforço pioneiro possibilitou perceber mais claramente o tamanho da desordem das relações sociais capitalistas e a grande dificuldade do pensamento especializado

–economia, sociologia, antropologia, entre outros – encontrar uma unidade básica de entendimento do que está acontecendo e ser capaz de explicar para onde estamos indo. O mais grave é que sem condições intelectuais para explicar o que está ocorrendo, a maioria das interpretações tem depositado na conta de uma imaginária crise dos paradigmas científicos. Mas é fundamental questionar, então: *como pode haver uma crise dos paradigmas científicos modernos se nunca tivemos paradigmas comprometidos em dar conta dos reais problemas das relações sociais capitalistas, a perspectiva apontada pela Administração Política?*

Para concluir os elementos preliminares que orientaram esse texto, cabe ressaltar que a Administração não está preparada para formular qualquer proposta de transformação tendo como base pressupostos epistemológicos e teóricos falsos e de resultados duvidosos que estão consagrados pela academia e profissionais. Pelos motivos destacados até aqui, esse ensaio, ao provocar a necessidade de ampliação das bases científicas da Administração, apresenta uma forte crítica às perspectivas epistêmicas e práxiológicas conservadoras que mantêm esse campo subordinado aos ditames e limites das ciências sociais neoclássicas. O próximo capítulo apresenta uma síntese da proposição intelectual dos estudos mais recentes da Administração Política que visa estimular acadêmicos e profissionais do campo a mudar as formas de interpretar a realidade social que se prepararem para promover ações transformadoras que permitam alterar o curso que a gestão das sociedades capitalistas tem assumido há mais de cinco séculos que só tem aumentado as desigualdades entre os seres humanos e sociedades.

2. Bases Onto-Epistemológicas da Administração Política

Afirmar ser a Administração um campo de conhecimento contestado, ‘bastardo’ ou ilegítimo, além de inconveniente para os esforços que têm sido empreendidos por diversos estudos críticos^{iv}, não reconhece que a área surge dos resultados de estudos mais sistematizados e pioneiros das contingências de uma crise do sistema capitalista e, portanto, é fruto das entranhas do pensamento econômico do final do século XIX e início do século XX. Utilizando uma figura de linguagem muito comum para a cultura brasileira, caracterizada na representação do ‘saci-pererê’, pode-se aceitar que o pensamento administrativo que emerge nesse contexto nasceu com uma deformidade estrutural à semelhança de um ‘saci’; isto é, dependente de uma muleta para caminhar e, ainda assim, dá passos com dificuldade. Com essa metáfora é possível sustentar que o nascimento da Administração perdeu sua forma original e a capacidade de se tornar um campo do saber independente e relevante para dar conta dos aspectos fundamentais das relações sociais contemporâneas para assumir, assim, a responsabilidade por ‘conceber e conduzir ‘modos de vida prática’ que possibilitem alcançar a finalidade da vida coletiva materializada no bem-estar social.

O esforço que a Administração vem fazendo ao longo do último século para se livrar da autoria intelectual sobre o papel de campo subordinado à economia neoclássica (utilitária) tem produzido um duplo prejuízo: (i) o indevido distanciamento do campo das ciências econômicas que, conforme já destacado, verdadeiramente compreende melhor as relações sociais voltadas para a garantia das bases materiais das sociedades capitalistas por ser o campo que representa o cilindro e o dínamo que produz a energia e dá dinâmica ao processo de produção, acumulação e expansão da riqueza material; e (ii) o distanciamento em relação às ciências econômicas não significou uma tentativa de encontrar caminhos próprios e autônomos para explicar melhor como tem sido pensadas e implantadas as relações sociais, a partir da perspectiva própria do que cabe à Administração. Sobre o segundo aspecto cabe ressaltar que a Administração, ao distanciar-se do campo da economia, passou a se aproximar intelectualmente de uma variedade de outros campos do conhecimento que mais lhe aprisionaram do que a libertaram. Depois dessa trajetória, pode-se concluir que pela forma como se insere no circuito acadêmico vigente e o

papel que tem desempenhado no debate sobre as difíceis questões contemporâneas, não é exagero intelectual afirmar que o pensamento administrativo continua em idade correspondente à primeira infância e sem data programada para de lá sair e assumir seu relevante papel como campo do conhecimento.

Essas constatações permitem observar que, na contemporaneidade, seu conteúdo ou sua substância mais valiosa ficou dispersa. O que explica sua quase imperceptível relevância no contexto da literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII, especialmente aquela produzida por grandes filósofos como Thomas Moro (*Utopia*, 1516), Nicolau Maquiavel (*O Príncipe*, 1532), Jean Jacques Rousseau (*O Contrato Social*, 1762) e Adam Smith (*Uma Investigação sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações*, 1776), como a obra síntese do que esse autor buscava identificar, até então^v. A partir do século XIV, com os impactos da *Peste Negra* e da *Guerra dos Cem Anos*, entre a Inglaterra e a França, a ordem feudal se desestrutura completamente em toda a Europa. Com isso, todo o esforço intelectual dos três séculos seguintes (XIX, XX e XXI) tem evidenciado a perseguição do objetivo de construir um conjunto de ideias que proporcione às sociedades europeias reestruturar-se socialmente e edificar o que definiram como uma trajetória civilizatória em novas bases, dirigidas para organizar as relações sociais de produção e sua distribuição. Qualquer leitura mais atenta desse período histórico, particularmente as interpretações registradas nas obras dos autores citados, se perceberá que, excetuando o diagnóstico da situação vigente à época, a essência das proposições defendidas está concentrada no campo da Administração, mais precisamente da Administração Política.

Thomas Moro em sua magnífica obra *Utopia* propôs uma organização social comunista como forma de estabelecer a solidariedade entre os indivíduos e coesão social na sociedade inglesa; Maquiavel propõe, igualmente, uma nova forma de administrar a sociedade centralizando o comando (a Administração) das relações sociais na figura do príncipe – e com essa decisão sugere uma unidade política e administrativa; Rousseau segue a mesma linha de pensamento de Maquiavel, porém defende tirar o poder de comando exclusivo das mãos do príncipe com vistas a fortalecer o Estado e a sociedade civil sugerindo como proposição uma nova divisão institucional do trabalho com atribuições mais claras entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário). Ao recordar as ideias desses pensadores clássicos da modernidade, identifica-se claramente que a Administração encontra a caracterização mais acentuada de sua episteme e de sua dimensão sócio-histórica.

Portanto, considera-se nesse ensaio que esse é um acervo que ainda não se perdeu, pois nem a Economia (considerando as escolas neoclássicas) nem a Sociologia quiseram se apropriar desse cúmulo por razões metodológicas simples: (i) por tratar-se de objetos científicos diferentes daqueles que lhes interessavam; e (ii) por ser um espaço próprio da Administração Política que deve se ocupar dos aspectos referentes à concepção, organização e execução de todas as relações sociais. O que implica reconhecer que caberia ao campo da Administração Política o comando de todos os processos sociais subordinando, assim, os demais conhecimentos para o alcance dessa finalidade^{vi}. Esta parece ser a base central das disputas e as justificativas para as omissões que revelam que a Administração não tem base cognitiva para assumir esse papel social relevante no campo científico; ou seja, parece não ter interesse para realizar esse esforço intelectual por conta própria.

Como pode ser comprovado em diversos estudos críticos das humanidades, o processo social no contexto do capitalismo, invariavelmente, se desenvolve de forma caótica, apenas importando a preservação dos interesses dos que estão à frente dos negócios. Apesar do aguçado instituto de preservação dos interesses materiais, esses atores reconhecem a necessidade de organizar melhor as relações sociais, conforme pode ser comprovado no movimento espontâneo que emerge no pós-crise dos anos 1920/1933 e no período da Pós-Segunda Guerra Mundial,

que indicam como funciona o instituto de sobrevivência do sistema capitalista, independente dos avanços do conhecimento científico. Pode inferir, que as experiências históricas revelam que o sistema capitalista se organiza melhor sob a liderança do Estado que passa a assumir a centralidade da Administração Política para preservar os interesses do capitalismo da bancarrota. O que implica admitir que a presença do poder estatal possibilita não apenas reorganizar o sistema econômico, mas garante um processo mais acelerado da produção e acumulação.

Esse contexto evidencia outro aspecto relevante para sustentar a tese aqui defendida sobre o papel central da Administração Política refletido no processo progressivo de fragmentação das ideias e dos conhecimentos produzidos sobre aquela realidade social. O descompasso entre o mundo das ideias que não conseguem mais explicar as razões das convulsões e apontar alternativas para a superação das rupturas das relações sociais solapadas pelo advento das convulsões políticas, econômicas e sociais, abrem espaço fértil para a emergência das teorias que defendem haver uma “crise dos paradigmas das ciências”^{vii}. Ao observar esses movimentos recorrentes na contemporaneidade, observa-se que a Administração está deixando passar uma oportunidade histórica de assumir esse espaço privilegiado para consagra-se como campo do conhecimento capaz de responder as questões referentes as formas de reorganização e condução de novos parâmetros orientadores das relações sociais emergentes. Isso ocorre porque os estudos administrativos, a rigor, tomam a Administração como um conhecimento ou uma prática (técnica) contida em si mesma, como uma ação sem início (intencionalidade) e fim (finalidade/propósito). O objetivo desse ensaio é mostrar que está concepção está errada e comprovar que a Administração tem uma ‘origem’ (ontologia), uma ‘concepção’ (episteme e teorias), um ‘desenvolvimento’ (condução técnica/profissional) e uma ‘finalidade social’ que para ser alcançada depende da harmonia de todas essas etapas.

Essa compreensão reducionista dos processos administrativos vistos como atos contidos em si mesmos reforça, em certa medida, a ideia de *neutralidade dos atos gerenciais* de serem absolutos e aplicáveis em qualquer tempo e lugar, sem variações – apenas admitidas aquelas mudanças relativas aos refinamentos dos procedimentos. Esta concepção tem custado muito caro ao campo da Administração por duas razões principais: (i) porque a discussão da sobrepujança da técnica sobre a ideologia sempre bloqueou o debate mais avançado acerca da Administração como campo do conhecimento, dotada de história, de objeto, de uma epistemologia própria e, sobretudo, de uma ontologia – a fez perder o protagonismo, a partir dos anos 1970, acerca do movimento da *qualidade total* e da *administração estratégica* que passou a estar mais vinculado aos departamentos das engenharias; e (ii) porque a Administração, até por erro e vício na interpretação do pensamento de Taylor, sempre buscou significado na produção e dentro do contexto capitalista, exigente do aumento incessante da produtividade e do alcance de maiores taxas de lucro^{viii}.

É preciso sair, portanto, dos circuitos estritos da produção e discutir outras dimensões desse processo, como o da realização/circulação e, sobretudo, o da distribuição, mesmo em um contexto capitalista, para observar o papel social que a administração tem assumido, historicamente. Nesse sentido, observa-se que os movimentos da Administração, a partir da observação de suas premissas, pressupostos, bases epistemológicas e teórico-metodológicos, ao invés de se alargarem e alcançarem os conteúdos e a natureza dos novos processos sociais, se comprimem, cada vez mais, para satisfazer os referenciais produzidos há mais de cem anos e que não duraram muito tempo como base relevante para o entendimento dos fenômenos sociais e organizacionais, conforme revelado pelo advento da crise de 1929/30. Essas limitações se justificam, em grande medida, pelo fato de a Administração parecer se recusar a desenvolver bases de um pensamento mais autônomo acerca de si mesma. O que significa constatar que os trabalhos seminais que irão estruturar o campo da Administração têm origem em estudos da

área de ciências humanas mais consolidadas como a economia, a sociologia, a psicologia e, até mesmo inspirada nas engenharias (conforme pode ser observado nas bases da Administração Científica).

Acredita-se que a partir da compreensão da natureza e finalidade do que lhe está reservado a fazer na sociedade, a Administração precisa encorajar-se a assumir seu papel maior e exclusivo que está no esforço de promover a integração do pensamento social quando estiver em discussão que resulta no alcance do devir do processo civilizatório. Pelo que foi dito até aqui, os administradores como cientistas sociais devem se encorajar com o que existe de conhecimento em Administração a ser explorado, reconhecendo ser sua obrigação intelectual e social buscar fornecer uma teoria integrada que descreva melhor todo o movimento da sociedade^{ix}. Em grande parte, esse trabalho já está feito por estudiosos abnegados ou aqueles que já tomaram consciência do que aqui está sendo apresentado, basta procurar os resultados desses esforços. O problema de alguns desses estudos tem sido manterem-se devotados a uma visão clássica e equivocada sustentada na separação entre duas dimensões indissociáveis dos fenômenos administrativos: a concepção (gestão) e a ação (gerência); isto é, continuar a separar o ‘pensar do agir’ (SANTOS, RIBEIRO e SANTOS T., 2009).

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que há os princípios e as leis de funcionamento sobejamente conhecidos – no plano da gerência ou da Administração Profissional – que fundamentam as ações no plano micro social/micro organizacional. Em segundo lugar, há uma ausência de explicação para o início e movimento das duas dimensões quando integradas em um processo único. Essa interpretação permite sustentar que não existe um conhecimento hierarquizado: um que especula e é responsável pela explicação de tudo; e outro considerado inferior, mas vinculado a uma prática e encarregado da normatização e da execução das necessidades do cotidiano dos indivíduos e das sociedades – mais adequada ao que se considera ser o sentido de administrar: o gerenciamento dos atos de fazer.

A integração dos atos de ‘pensar e agir’ que caracteriza o sentido da Administração como campo do conhecimento e prática social revela, pois, que os fenômenos administrativos correm em um mesmo ‘espaço-tempo’, sem intervalo entre um e outro. É, portanto, no reconhecimento dessa complexidade entre pensamento e ação que se encontram as dificuldades conceituais e metodológicas para que a Administração possa emergir como campo do conhecimento e, a partir desse empreendimento, tornar possível criar as bases cognitivas para promover a integração analítica dos processos sociais. O resultado desse esforço intelectual e prático possibilitará compreender as ações administrativas a partir da sua ‘intencionalidade’ e ‘finalidade’ e observar que nesses polos, aparentemente extremos, estão os conflitos dos processos sociais por conta, justamente, das concepções (necessidades, desejos e interesses) conflitantes, conforme revelados pela diversidade dos “progressos civilizacionais” que ora revelam avanços, ora revelam recuos.

No capitalismo (notadamente a partir das teorias defendidas por Adam Smith e Karl Marx), nos tem sido ensinado que há pouco espaço relevante para interferir e Administrar (conduzir) esses processos sociais. Em Marx, as razões para essa interpretação estão no fato de considerar que o sistema capitalista só tem uma forma de produzir e acumular que o levará, inevitavelmente, a uma crise que provocará como consequência sua própria destruição. Em Smith e na vertente da economia neoclássica as explicações desses fenômenos se assentam na crença de que como o sistema socioeconômico é governado por leis naturais assumem como pressuposto que para que as relações sociais funcionem bem é preciso conhecê-las. Desse modo, ainda que não os estudiosos da Administração não se sintam com capacidade/maioridade intelectual para trabalhar com um nível de abstração que considere o universo como referência, no terreno das relações sociais podem entender e propor conteúdos relativos aos movimentos próprios da Administração que estão no intervalo dos dois polos que integram esse universo,

mediante a capacidade de articular como dinâmicas indissociáveis os ‘atos de pensar (gestão) e do agir (gerência)’.

Apesar dos desafios destacados, defende-se que os desafios da construção das bases científicas da Administração é possível ter domínio de sua episteme e esboçar uma lei geral ou compreender alguns fundamentos que têm orientado os estudos administrativos até aqui, de modo a contribuir para mudar o curso dos eventos sociais nos aspectos que sejam necessários ser mudados – ainda que esteja fora dos planos científicos do campo imaginar leis gerais que evoluem de forma regular, como ocorre na física, por exemplo e outros campos de conhecimento. Mesmo assim, analisa-se que a Administração pode dar um salto maior do que tem dado até aqui para lograr consolidar-se como um campo de conhecimento reconhecido como responsável por conceber e conduzir os processos sociais. E o passo inicial e fundamental para alcançar esse status é deixar de pensar apenas como um campo associado à *práxis* e avançar nas bases onto-epistemológicas e teóricas que a qualifiquem como campo do saber capaz de interpretar e transformar os processos sociais, conforme defendido por Santos (2004) e Santos, Ribeiro e Santos T. (2009).

Nesse sentido, se se considera que sua obrigação principal é pensar nas possibilidades de gestão das relações sociais integradas (gestão e gerência), logo é obrigatório entrar no terreno da abstração, inclusive pisar no terreno da filosofia da existência (campo que reflete sobre o sentido da vida humana e social), de onde deve vir as sinalizações para conceber e construir os caminhos do devir civilizatório. Não se sabe se é o caso de se procurar dotar a Administração de bases científicas, mas é certo que se deve revelar alguns elementos desses conhecimentos que lhes são próprios pois só assim poderá dar conta da tarefa fundamental para as sociedades contemporâneas de explicar como foram concebidas (gestadas), organizadas e executadas (gerenciadas) as relações que produziram os padrões de relações sociais que temos hodiernamente.

Desse modo, para a Administração apreender, compreender e explicar os movimentos dos macroprocessos sociais, é fundamental identificar qual o objeto científico próprio que lhe dá a condição de observar e explicar as formas de organização das diferentes relações sociais, bem como identificar a totalidade delas. Deve-se ressaltar que essa é uma discussão bem escassa n campo da Administração e ainda indefinida. Por essa razão, o caminho mais simples é partir da noção de que o objeto do conhecimento desse campo seria o que representa o aspecto mais imediato com os quais a área trabalha que tem sido identificado como sendo as ‘organizações’. Mas em artigo publicado por Santos, intitulado *Em busca da apreensão de um conceito para a Administração política* (2001), esse argumento é contestado para fundamentar a defesa de ser a ‘gestão’ esse objeto próprio. Posteriormente, com a publicação do livro clássico *A Administração Política como Campo do Conhecimento* (2004), o citado autor reforça essa afirmação ao defender entre, outros argumentos, que as organizações de qualquer natureza não são espaços de atuação exclusivos da Administração, mas são ambientes privilegiados de experimentações de diversos outros campos – a exemplo da Economia (na busca de garantir e melhorar os retornos financeiros), da Sociologia (na busca de observar a estrutura e movimento das relações sociais), da Antropologia (preocupada com as dinâmicas da formação da cultura), da Psicologia (que privilegia observar os impactos dos comportamentos individuais e grupais da dinâmica organizacional), entre outros. Ao considerar esses aspectos Santos destaca que as organizações têm se revelado como objeto de estudo de múltiplos campos de conhecimento, como ocorre com outros fenômenos decorrentes dos padrões de relações sociais.

Nesse sentido, pode-se inferir que o objeto que dá identidade e *status* à Administração como campo do conhecimento só poderá ser um elemento que lhe seja próprio, isto é, que reflita sua natureza e que a caracterize. Com essa descrição preliminar, o autor defende como objeto adequado a esse campo de conhecimento a ‘gestão’ – concebida aqui como o “ato de conceber

ou gestar” as bases que organizam e conduzem uma dada orientação social –, materializada como uma ação concreta, a partir do desenvolvimento das ações próprias que competem à *gerência* – que representa aqui o ‘ato de executar, de fazer Administração, isto é, o campo da *práxis* administrativa).

Ao afirmar que o objeto tem o conteúdo que seja próprio da natureza ou essência da Administração, torna-se obrigatório reconhecer o significado e origem etimológica da palavra ‘*administração*’. Conforme definido por Santos, Ribeiro e Santos T. (2009, p. 929), a palavra Administração é um substantivo feminino composto, formado pelo prefixo de origem latina *ad* (que significa para/direção) e do núcleo verbal *ministrar* (que significa prover, fornecer, dar, conduzir, orientar, guiar, dirigir etc.). Com base nessa definição os autores concluem que ‘*administrar*’ significa “[...] *prover, fazer, orientar ou conduzir para alguma direção, algum ponto, algum lugar ou alguma finalidade*.”

Considerando essa definição, os autores definem a ‘gestão’ como representação do espaço próprio da concepção dos padrões de administração representado pelas ‘formas/modos de fazer as coisas ou conduzir os processos sociais e organizacionais. Com base nessa definição mais geral, chega-se, inevitavelmente, ao conceito de Administração Política como *a representação de uma dada concepção das formas de gestão das relações sociais de produção, circulação/consumo e distribuição* (Ibidem, p. 930-931). Nesse sentido, sustentam ser a Administração, inevitavelmente, ‘política’ porque não diz respeito apenas a escolhas neutras para o emprego de técnicas gerenciais, mas, sobretudo, em razão de representar a escolha entre uma multiplicidade de caminhos para conformar, conceber e conduzir os interesses contraditórios e conflitantes dos indivíduos, das famílias, dos grupos sociais, das empresas, das cidades, das regiões, dos países e da humanidade (da civilização) para alcançar um propósito coletivo. Por essa razão, tais processos sociais (administrativos) estão eivados de conflitos que marcam as fortes disputas pelo poder de comandar e decidir os caminhos a serem seguidos.

Decerto que os processos ampliados acima descritos não representam o trabalho próprio das ciências matemáticas, da Astronomia, da Física, da Biologia ou mesmo da Economia, da Sociologia, da Psicologia e da Antropologia – ainda que seja relevante destacar que todos esses campos estão integrados no movimento mais pragmático refletido nas ações concretas para a execução/implantação desses projetos sociais. O que se está querendo ressaltar como identidade própria do campo da Administração refere-se ao esforço necessário para o desenvolvimento e exercício intelectual referente aos conhecimentos, aos saberes relacionados com o comando dos processos de ‘pensar e agir’ que guiam as relações sociais integrando, pois, os aspectos referentes ao campo da Administração Política (Gestão) e da Administração Profissional (Gerência) (SANTOS, 2004).

Mas, admitindo-se que a Administração precisa ser compreendida e valorizada pelo que concebe (a ‘gestão’) e pelo que organiza e faz (a ‘gerência’), cabe problematizar, então: *o que se entende por gestão e gerência?* Esse é um ponto categórico do processo administrativo e que se encontra distante das preocupações da maioria dos estudos da área – pelo menos do ponto de vista do que é requerido nos estudos da Administração Política. Para um melhor entendimento desses conceitos é fundamental reconhecer que a gestão e a gerência são processos marcados por um elevado nível de subjetividade pois trata-se de ações que jamais serão iguais a outras. Assim, admitir o elevado nível de subjetividade dos atos de conceber e agir administrativos implica que sua interpretação varia de acordo com o julgamento (necessidades, desejos e interesses) dos atores envolvidos. Embora a Administração de perfil mais técnico sustente, até a atualidade, um esforço de objetivação do campo, através da elaboração de manuais de normas e procedimentos, a realidade fática nega os princípios pautados apenas na racionalidade instrumental. Desse modo, por ser um processo que apresenta dificuldades de ser objetivado, produzir indicadores expressos em séries estatísticas e avaliadas pelas metas, portanto, sem

condições de ser compreendido na sua essência completa, a única maneira possível de se avaliar as práticas administrativas como boa ou ruim, certa ou errada, só pode ser alcançada pelo reconhecimento do alcance de sua finalidade que também é subjetiva. Sobre esse último aspecto é importante ressaltar que, embora a avaliação das práticas administrativas pela finalidade carregue um elevado nível de subjetividade, acredita-se que à medida que se possa desenvolver melhor os processos individuais, institucionais e sociais mais o desígnio das ações coletivas e organizacionais vai ficando aparente.

Pela descrição acima, essas duas dimensões da Administração, gestar e gerenciar, cujos processos estão marcados pela subjetividade, e os sistemas de avaliação dado pelo alcance da finalidade, mostram que no ‘ato de administrar’ não há um conhecimento prévio que conduza os administradores (cientistas e profissionais) à certeza ou a uma verdade que se está buscando. Sendo assim, é fundamental considerar que se neste campo do conhecimento o desenvolvimento dos estudos e práticas administrativas estão em permanente processo de ‘fazer e refazer’; logo, os atos de ‘pensar e agir’ não podem jamais estar separados como se fossem partes de movimentos diferentes. Por fim, cabe ressaltar que, apesar dessa concepção não está escrita formalmente em nenhum lugar, é essa versão instrumental que está guiando a formação dos administradores e profissionais, caracterizada por uma perspectiva hierarquizada das relações de trabalho, estabelecendo discriminação de salários, tensionando as relações sociais e deixando, permanentemente, aberta a possibilidade de emergência de novos e mais graves conflitos sociais.

Ao destacar os aspectos mais relevantes da abordagem da Administração Política e da Administração Profissional, considera-se que muitos dos problemas apontados podem ser superados ou minimizados quando os processos de avaliação das ações administrativas deixam de ser realizados pelo que se faz (ou pela posição que se ocupa no ato ou no processo do fazer) e passa a ser orientada pela qualidade e a beleza do que se está fazendo, em qualquer campo do conhecimento. Entende-se que o papel social do conhecimento deve refletir o compromisso individual e coletivo com a concepção e construção de uma sociedade culturalmente ‘evoluída’ que tenha como horizonte, como *dever*, o alcance do bem-estar social que representa o desempenho positivo dos esforços empreendidos pela sociedade. Aqui cabe questionar, então: *quais conhecimentos devem ser desenvolvidos para alcançar a finalidade de uma sociedade culturalmente evoluída?*

Decerto que a resposta óbvia a essa pergunta leva a sustentar que os melhores conhecimentos são indispensáveis, principalmente se reconhece um que permita integrar os demais a organizar e a conduzir os processos e levar as todas as ‘*intencionalidades*’ ao melhor ponto para possibilitar o alcance de uma sociedade culturalmente evoluída. Conforme já sustentado anteriormente, o conhecimento capaz de assumir esse papel fundamental é a Administração na sua expressão política – que aqui denominamos de Administração Política. Esse argumento justifica o sentido do título desse ensaio *A Administração Política em Busca de Si Mesma que integra a introdução do próximo livro de Santos intitulado A Administração Política é Tudo – Intencionalidade, Concepção, Movimento e Finalidade*^x.

Complementando a pergunta anterior cabe questionar: *o que qualifica um bom administrador político e qual deve ser o conteúdo formativo desse acadêmico e profissional para assumir o papel político, social e técnico para atender as necessidades da sociedade a alcançar um nível elevado de evolução cultural?* Uma resposta direta e objetiva sustenta que para desenvolver competências abstratas e técnicas dos administradores é fundamental integrar os diferentes saberes socialmente necessários para, assim, construir bases do campo da Administração Política como conhecimento capaz de proporcionar o entendimento dos processos sociais, de modo a garantir o alcance do *dever* da sociedade. Mas as bases conceituais e metodológicas do campo para alcançar esse desiderato ainda são insuficientes, mesmo

considerando os avanços já obtidos pelos estudos preliminares da Administração Política e outros estudos críticos do campo, os desafios ainda são enormes pois exige cumprir o tempo necessário para reorientar as bases da formação dos acadêmicos.

Antes, porém, é preciso conhecer a natureza da Administração Política e onde pode ter início seu movimento ou seu trabalho que aqui denominamos de suas bases ontológicas. Isso significa reconhecer ser necessário e urgente encontrar um nexo compreensivo dos domínios dos ‘atos e fatos’ de natureza administrativa e, a partir desse entendimento, avaliar o pensamento e as organizações sociais em uma perspectiva sócio-histórica, conforme destacado brevemente nas considerações preliminares desse ensaio. Para tanto, é importante considerar alguns antecedentes centrais:

- i. A Administração pode unificar uma análise compreensiva dos movimentos sociais, sem qualquer prejuízo para os estudos dos campos setoriais e complementares – da economia, da sociologia, da psicologia social, da antropologia geral e econômica etc. –, pois, afinal, para organizar e conduzir, obrigatoriamente, tem que conectar e integrar todo conhecimento e práticas que estiverem disponíveis. Essa tese ganha mais substância se se considera que as relações sociais estão no mesmo campo de sentido das demais disciplinas que integram as ciências sociais, conforme defendido por Marcus Gabriel^{xi} (2016) o que implica reconhecer que esses processos estão integrados e comandados no âmbito das macros relações sociais;
- ii. É fundamental refletir sobre a seguinte pergunta: *qual a finalidade do trabalho intelectual, cujo centro é a filosofia?* Se a resposta for libertar o homem da necessidade do trabalho árduo pela sobrevivência, pode-se concluir que a partir da segunda metade do século XX tem sido de muita pouca serventia o papel assumido por esse conhecimento milenar, visto que o debate que tem sido produzido está completamente desorganizado e não apresenta unidade voltada para o sentido pretendido. A maior parte dos estudos filosóficos estão priorizando abordagens específicas, identitárias ou setoriais sem produzir qualquer unidade em direção ao que é central em estudos dessa natureza – que refletem melhor as propriedades esperadas dos estudos especializados, um exemplo pode ser encontrado nos termos propostos por Keynes em sua obra *A Teoria Geral*. Os grandes prognosticadores da Administração Política contemporânea – Adam Smith, Karl Marx, Alfred Marshall, Vladimir Lenine, John Keynes, Joseph Schumpeter, Friedrich Hayek e Milton Friedman – saíram de cena; atualmente David Harvey parece ser uma voz solitária. O esforço que tem sido feito para interpretar as relações sociais do mundo na atualidade são estudos que não passam de diagnósticos, muitos financiados por quem deseja manter o *status quo*.

Apesar desse deserto de ideias, Marcus Gabriel enxerga no século XXI a emergência de uma vanguarda filosófica – da qual ele faz parte – comprometida em fazer um movimento de regresso à ontologia. O autor classifica esse movimento recente como uma nova “internacional” da filosofia fundada no novo universalismo que tem possibilitado a emergência de uma variedade de ontologias entre elas as que reconhecem o papel dos comunismos, como o de Zizek e Badiou. Considerando os avanços citados por Gabriel referente a renovação o pensamento da filosofia, no campo da Administração não se trata nem mesmo de fazer uma regressão para resgatar a origem da perspectiva universalista, mas de encontrar a ontologia do campo. A regressão talvez caiba nos casos que permitam revisitar o desenvolvimento intelectual de uma área de

conhecimento que tenha alcançado avanços epistemológicos consistentes, a exemplo do que ocorreu a partir de século XV/XVI com o florescimento das ideias que sustentam o movimento do humanismo, notadamente as obras dos economistas políticos que emergiram no século XVIII até a primeira metade do século XX.

- iii. Para evitar cair no ‘buraco negro’ da infinitude dos extremos (da origem ao fim de tudo que busca explicar a existência de Deus), é prudente limitar a compreensão da natureza da Administração Política no ponto inicial do processo histórico da civilização; instante em que o ‘homem’ se vê só e procura encontrar e controlar nos elementos hostis da natureza os meios de sobreviver e progredir, sempre almejando alcançar as melhores condições de vida. Assim, o ‘homem’, com a razão que lhe é própria (capacidade de organizar as ideias e colocá-las em ação) e com a possibilidade de conhecer o que é cognoscível, manifesta a *intencionalidade* de sobreviver e concebe (esboça) o seu ‘plano de ação’ de vida e põe-se no esforço de executá-lo; sendo este o *movimento* inicial do processo civilizatório rumo ao encontro da *finalidade* (o devir), que pode ser compreendida como uma situação de conforto melhor – encontrar uma situação de bem-estar material e psicológico. Com essa definição abstrata, identifica-se a existência da Administração Política em seu processo histórico, portanto, sua ontologia.

Esse é ponto em que encontramos o homem em sua *realidade pura* (nada ainda construído), criando as condições e concebendo (organizando) o plano de existir e sobreviver (progredir). Tem-se aqui, portanto, as propriedades caracterizadoras da *ontologia da Administração Política* que não são encontradas em nenhuma outra disciplina. No sentido aristotélico mais original, ao reconhecer a ontologia do campo identifica-se o ‘ser original’ do campo, portador de propriedades próprias. Enfim, ao considerar a existência essencial, suas bases ontológicas, propõe-se contemplar a Administração enquanto campo responsável pelo desenvolvimento do conhecimento devotado aos ‘atos de pensar e agir’, transformados em *atos* expressos na *intencionalidade* (correspondente à concepção e organização do plano de ação), ao *movimento* (que envolve todas as ações de execução e avaliação dos processos sociais) até alcançar a *finalidade* última da intenção humana (que corresponde o devir, que só será obtido com o resultado pleno da satisfação das necessidades coletivas).

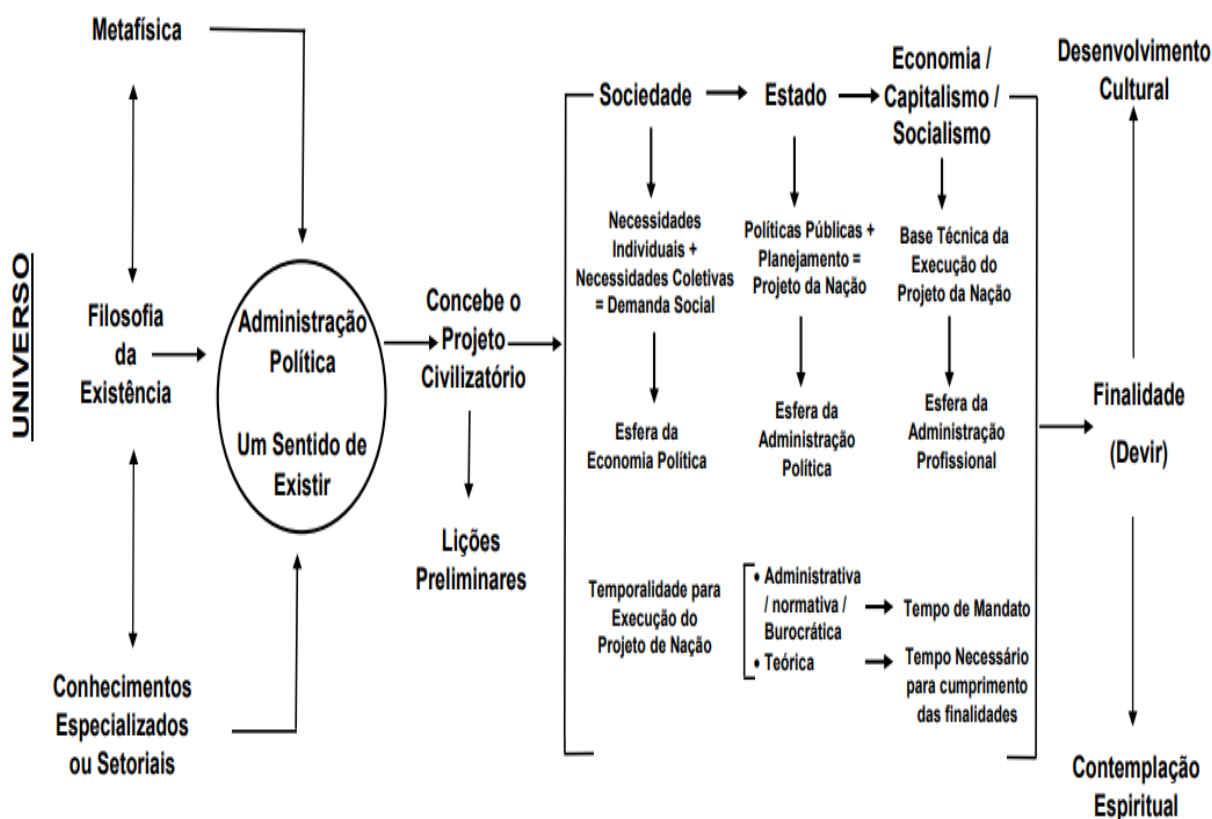
Assim, o que temos contemporaneamente é, sem dúvida, resultado desse movimento historicamente mediado pelas relações do seu campo de domínio do que se pode *conceber*, *organizar*, *executar*, *avaliar* e *alcançar* que compõem o campo compreensivo, particular e fundamentalmente aquelas relações integradas com os processos produtivos (todo o acervo cultural humano) e a distribuição (o acesso não restritivo de tudo que resultou do que foi coletivamente produzido). É muito importante ter claro que nesse acervo cultural humano encontra-se todo o conhecimento produzido em forma científica ou não (da física à teologia, da economia à filologia etc., mas também o saber falar – a linguagem –, plantar, colher e pescar que ainda segue o posicionamento dos astros no universo) e que está integrado e comandado pelos conhecimentos próprios da Administração Política (conhecimento superior responsável pela organização e condução dos projetos que refletem o processo civilizatório – nele incluindo aquele “conhecimento” que só serve para satisfazer o excesso da vaidade de quem o criou).

Ao não aceitar a Administração nessa dimensão e com esse conteúdo, não será possível compreender e encontrar solução para os ciclos da desorganização das relações sociais, notadamente os ciclos da desordem própria das relações capitalistas, sobretudo aqueles que estamos vivendo no último meio século. Para a isenção da culpa, atribuem-se os ciclos a uma

crise dos paradigmas. Mas a resposta correta encontra-se no reconhecimento de que o processo social histórico sempre foi caótico porque nunca houve um esforço intelectual apropriado para melhorá-lo. O empenho sempre foi no sentido de apontar os seus erros lógicos porque eles nunca foram regidos nem por leis da natureza e nem possuem leis próprias imutáveis. Desse modo, sempre os que estão no comando impõem uma *intencionalidade* específica, um *movimento* direcionado para alguma *finalidade* previamente desejada.

Vale destacar que esse caos sempre foi conveniente às forças hegemônicas, pois nada fica claro ou comprometido; quem “souber melhor interpretá-lo” assume a direção e se apropria dos resultados produzidos pelo esforço coletivo. Por essa razão, a ontologia e epistemologia da Administração Política – que tem como base o pressuposto do ‘pensar e agir’ de forma integrada – não estaria suficientemente clara e capaz para servir de guia caso não expusesse, desde logo, o plano de trabalho ou de vida do que é denominado aqui de “homem puro” cuja circunstância é a do nada construído. O que implica considerar que algo precisa ser construído como única forma de sobreviver e até para morrer. As bases onto-epistemológicas do campo está mais bem representado no holograma abaixo que reflete a *Estrutura e Movimento Onto-Epistemológica da Administração Política*.

Estrutura e Movimento Onto-Epistemológica da Administração Política



FONTE: Elaborado por Santos (2020)

A figura parece ser autoexplicativa, pois o universo aparece simbolizando que nele o ‘homem puro’ está sem a noção de tempo absoluto e espaço finito, posto que, o mesmo ainda se encontra em expansão. A filosofia da existência, com base na razão, reivindica e faz uma projeção sobre o futuro do homem – mas também pode usar essa mesma razão e buscar metafisicamente todas as explicações, a partir da beleza das curvas geométricas do universo. Sendo a opção primeira a projeção sobre o futuro, cabe-lhe, então, a organização e execução das ideias de futuro, trabalho que fica a cargo do campo da Administração Política cujas possibilidades de acertos e custos menores podem ser alcançadas com os conhecimentos especializados de outros campos especializados. A fase seguinte, reflete esse plano de ação em *movimento*, a partir da articulação dos indivíduos em sociedade, expresso na capacidade de concepção (gestão) e de execução (gerência) que reflete a interação entre sociedade-Estado-economia (SANTOS, 2004). Por fim, chega-se ao alcance da *finalidade*, que representa a projeção do alcance do devir coletivo, instante no qual o homem, ao está mais liberto, com mais poder de escolhas entre as infinitas opções culturais e desenvolvimento espiritual disponibilizadas^{xiii}, pode disfrutar dos resultados dos esforços individuais e coletivos do árduo processo de construção social. Com base nessas considerações, pode-se concluir que a teoria da Administração Política nunca foi algo diferente dos conhecimentos existentes, mas representa a intenção de alargar seu papel político, social e profissional visando elevar o seu *status* ao nível mais alto do pensamento social. Deve-se reconhecer, pois, que essa é a lacuna do conhecimento que precisa ser preenchida por um saber alargado do que se denomina aqui de *Administração Política*.

3. Considerações Finais

Esse ensaio é, em grande medida, um tributo a todos os estudantes de graduação e pós-graduação e colegas pesquisadores (Administradores Políticos que tem contribuído para essa construção teórica) e todos aqueles que sempre acreditaram e acreditam que a Administração é algo bem maior do que sabe, se ensina e se pratica. Com o apoio incondicional desses parceiros (que chamamos, carinhosamente, de manifestantes/militantes da ADMPOL) reafirmamos que os estudos desenvolvidos até aqui nos permitem afirmar que *A Administração é Tudo – intencionalidade, concepção, movimento e finalidade*, conforme título do novo livro do campo.

Ao defender essa questão não se pretende assumir uma postura audaciosa como tem sido o comportamento de parte da ciência moderna – de perfil positivista –, desde seu surgimento que tem se colocado, historicamente, como fonte de uma ‘verdade’ absoluta. Contrariando essa posição própria de conhecimentos e acadêmicos que se colocam em sua “torre de marfim”, o objetivo aqui é, simplesmente, colocar o conhecimento científico, especialmente, o produzido no campo da Administração à disposição das necessidades e interesses da sociedade. Afinal, essa deve ser uma fonte de inspiração permanente dos homens para possibilitar que a humanidade alcance sua finalidade que é garantir bem-estar social.

Mas, infelizmente, essas questões de fundo têm passado ao largo do contexto de discussão do campo da Administração, especialmente dos estudos desenvolvidos pela Administração Profissional/Administração Científica e parte dos estudos organizacionais, que insistem em se manter presos a ideia de contribuir apenas para garantir a melhoria da produtividade e o aumento da competitividade (traduzida em lucros individuais). Isso ocorre porque a administração tem estado, até os dias atuais, dependente de epistemologias de outros campos do conhecimento – especialmente da Economia, da Engenharia, das Ciências Sociais – com ênfase no papel da Ciência Política e da Sociologia – e das ciências humanas – com destaque para a Psicologia Organizacional.

Esse posicionamento conservador e limitado da Administração e dos Administradores (acadêmicos e profissionais) revela que o campo não tem tido interesse em priorizar uma agenda de pesquisa e formação que ultrapasse os aspectos técnicos para encontrar a sua própria episteme; daí sua total incapacidade de se pronunciar acerca do caos organizativo que vive o capitalismo contemporâneo e que têm marcado a realidade brasileira. Nesse sentido, espera-se que esse estudo preliminar que apresenta as bases onto-epistemológicas da Administração Política possam servir como fonte de inspiração para motivar outros acadêmicos que acreditam que a Administração seja algo bem maior do que sabe e ensina atualmente a avançar em estudos que complementem ou ampliem a tese defendida por Reginaldo Santos de que *A Administração é Tudo – intencionalidade, concepção, movimento e finalidade*. Conforme destacado ao longo do texto, a convicção de tratar-se de um campo universal do conhecimento exige integrar os aspectos do pensar e do agir, refletidos nas dimensões abstratas e concretas da gestão e da gerência.

REFERÊNCIAS

- GABRIEL, Marcus. O Sentido da Existência – para um novo realismo ontológico. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2016.
- SANTOS, Reginaldo Souza e RIBEIRO, Elizabeth Matos. A administração política brasileira. RAP, Rio de Janeiro, nº 4, 1993.
- SANTOS, R. S. A. (org.) A Administração Política como Campo do Conhecimento.. São Paulo: Mandacaru/Hucitec, 2004;2010.
- SANTOS, Reginaldo Souza. Em Busca de um Conceito para a Administração Política. RAP Rio de Janeiro 35(5):49-77, Set/Out. 2001.
- SANTOS, E. L.; SANTANA, W. G. P.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. Contribuições da Administração política para o campo da Administração. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 3, n. 2, p. 183-200, 2014.
- SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da Administração política. Revista de Administração Pública, v. 43, n. 4, p. 914-941, 2009.
- SMITH, Adam. Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones. México, Fondo de Cultura Económica, 1958.

ⁱ As leis da ‘oferta’ e ‘procura’, mais consagrada entre elas, não se aplica *ipsis literis* em relações capitalistas em condições de oligopólio e monopólio – mas hoje esse processo é produzido com uma capacidade instalada da indústria bem acima da demanda, mas os preços não caem a ponto de elevar a produção ao nível de pleno emprego, decerto que levando em consideração o custo marginal de produzir e a taxa de retorno; ou seja, a eficiência marginal do capital.

ⁱⁱ Em tese, o Estado nasce em razão dos conflitos entre os diferentes interesses individuais. Este ponto será mais bem desenvolvido nos capítulos II e III.

ⁱⁱⁱ Sobre esse ponto ver o livro de James O’Connor USA: A Crise Fiscal do Estado Capitalista. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1977. A supremacia na direção estatal é das classes dominantes. Esse parece ser um ponto pouco compreendido pelos sindicatos dos trabalhadores; por isso o baixo desempenho do seu papel em preservar os interesses da classe pela via da ação do Estado; invariavelmente age dependente da virtude rara de algum representante mais esclarecido da burguesia.

^{iv} Ver os estudos desenvolvidos por GUERREIRO RAMOS, Alberto (Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público DASP, 1949; Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957; A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958; O Problema Nacional do Brasil. RJ: Saga, 1960; A Nova Ciência das Organizações: Uma

Reconceitualização da Riqueza das Nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. RAMOS, Alberto Guerreiro, 1981, entre outras obras); RIBEIRO, João Ubaldo (Política e Administração, O&S 2006 apud 1969); TRAGTENBERG, Mauricio (A Teoria Geral da Administração é uma ideologia? RAE, Rio de Janeiro, 1971; Administração, Poder e Ideologia. São Paulo: Cortez, 1989; Burocracia e Ideologia. São Paulo: Ática 1997); FRANÇA-FILHO, Genauto (Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In. SANTOS, R. S. (org.) A Administração Política como Campo do Conhecimento. São Paulo: Mandacaru/Hucitec, 2004) e FRANÇA-FILHO, Genauto e EYNAUD, Philippe. Solidariedade e Organizações: Pensar uma outra gestão. SALVADOR: EDUFBA; Ateliê de Humanidades, 2020); SERVA, Mauricio (Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Cad. EBAPE.BR, v. 11, nº 4, apresentação, Rio de Janeiro, Dez. 201; Epistemologia da administração no Brasil: o estado da arte. Cad. EBAPE.BR, v. 15, nº 4, Apresentação, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2017); GAULEJAC, Vicent (Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007); MARCHI, J. J. (Bases do conhecimento científico e sua influência na formação da ciência da administração. Anais... I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, Florianópolis-SC, UFSC. 2010); PAES DE PAULA (Em busca de uma ressignificação para o imaginário gerencial: os desafios da criação e da dialogicidade. Revista de Administração Mackenzie, v. 17, n. 2, p. 18-41, 2016.); AZEVEDO e GRAVE (Prolegômenos a toda a Administrológica Possível - Administração: O que é Isso? Revista O&S, n. 71, 2014); SANTOS, E. (Contribuições da Administração Política para o Campo da Administração. RIGS. Mai./ago. 2014; O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teórica. Cad. EBAPE.BR, v. 15, nº 2, Artigo 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2017); entre outros.

v Pode ser acrescentado nesse rol ainda obras de Tomasi de Campanella (Cidade do Sol) e Francis Bacon (Nova Atlântida).

vi Isto na situação em que estes conhecimentos estão convergentes para alguma finalidade de interesse mais geral ou aplicado; caso contrário, esta relação de subordinação não se estabelece. Seja como for, os projetos intelectuais de Comte e Spencer eram exatamente esses. Mas não conseguiram êxito!

vii São muitas as correntes que têm defendido a tese da crise dos paradigmas científicos. Considerando uma interpretação mais geral do termo paradigma esses movimentos intelectuais sustentam que sempre que há uma ruptura de um padrão científico que vinha dando suporte a diversos campos do conhecimento e social, em um dado contexto sócio-histórico, evidencia uma quebra de paradigma. O que permite admitir que o advento da crise de 29/30, que carrega também as distopias da Primeira Guerra Mundial, estimula que a comunidade científica (que inclui crenças, valores, técnicas e teorias partilhadas e são influenciadas pelos fatores culturais, políticos, econômicos e sociais vigentes) acabam por exercer uma forte influência na percepção dos intelectuais que passam a assumir haver uma quebra dos paradigmas vigentes.

viii Como a produção *stricto sensu* (da forma como compreendida nos fins do capitalismo mercantil e início do capitalismo industrial) perde, cada vez mais, posição relativa na composição da renda nacional, então, mesmo assim, a Administração arranhou um jeito conceitual de enquadrar o conteúdo dessas mudanças no campo da produção; dessa forma, os serviços de um modo geral estão sendo tomados como conteúdo da produção. É o espírito da sobrevivência em ação.

ix Como será apresentado no livro que se encontra no prelo de autoria de Santos intitulado A Administração Política é Tudo – Intencionalidade, Concepção, Movimento e Finalidade, não está sendo proposto aqui nenhum absurdo metodológico. Smith, Comte, Marx e Spencer iniciaram esse trabalho que foi totalmente abandonado pelo desenvolvimento intelectual dos últimos 100 anos. Outros cientistas precisam assumir e dar seguimento a esse legado e os administradores políticos são os mais preparados para desempenhar esse papel.

x Esta obra inédita que dá seguimento e avança ao livro clássico do mesmo autor intitulado A Administração Política como Campo do Conhecimento (2004; 2010), encontra-se no prelo pela mesma Editora Hucitec previsto para ser publicado ainda esse ano.

xi Marcus Gabriel. O Sentido da Existência – para um novo realismo ontológico. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2016. O autor ressalta o aparecimento de vários movimentos em diversos cantos do mundo “[...] da França à Itália, do Reino Unido aos Estados Unidos, na Alemanha e na Sérvia, mas também em lugares inesperados como Beirute – Ray Brassier – ou o Cairo – Graham Harman” (Ibidem, p. 29-30).

xii Um melhor entendimento acerca dos conteúdos que definem essas categorias está mais bem definido e discutido em Santos (2001) e em Santos, Ribeiro e Santos T. (2009).